

MODERNIDADE E EDUCAÇÃO NO VELHO "BRASIL NOVO"

MIGUEL FARAH NETO*
SOLANGE JOBIM E SOUZA**



Vive o País, de fato, um momento peculiar de sua história. Após longo jejum de democracia, criou uma expectativa ingênua de que, num passe de mágica, iria despir-se das velhas vestimentas para tornar-se um "Brasil Novo", conforme a mídia o fez acreditar. E eis que deparamos, de repente, com uma desalentadora constatação: o "Brasil Novo" no início dos anos 90, traz de volta o arsenal de modelos e pacotes que "moldaram" a sociedade brasileira a partir do golpe de

* Geógrafo, educador do Projeto de Alfabetização de Adultos da Baixada Fluminense- Rio de Janeiro, funcionário em disponibilidade da extinta Fundação Educar.

**Professora do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, funcionária em disponibilidade da extinta Fundação Educar.

64 e que produziram o "milagre" dos anos 70. O "milagre" que tornou ainda mais distantes as duas faces da mesma moeda: o Brasil do capital, da riqueza concentrada, da "aldeia global", e o Brasil da miséria, da mortalidade infantil, da deseducação, da violência contra a maioria, da injustiça social. Por trás da promessa de um "Brasil Novo", que se quer parte do dito 1º mundo, o que se quer mesmo é reciclar os mecanismos que permitiram a ocorrência do "milagre" e garantir os privilégios nele embutidos. Simples, não? Voltamos às mágicas aritméticas e estatísticas (Malba Tahan se deliciaria) que produzem índices mais "civilizados" de inflação. Escancaramos ainda mais as portas ao capital internacional, em nome de uma duvidosa modernização da economia. E ceifamos quaisquer possibilidades de resistência, "varrendo" o patrimônio público em nome do combate à ineficiência, ao parasitismo, mas, na verdade, visando desarticular consciência crítica que, paradoxalmente, se desenvolveu dentro dele ao longo dos anos. Isto porque já não dá mais para "prender e arrebentar" como a algum tempo atrás. Afinal, estamos numa democracia...

Que há de moderno em tudo isso? Como levar o País ao século XXI, como tirar o atraso social e tecnológico insistindo em velhas receitas e, o que é pior, em velhas intenções? Como criar um "Brasil Novo" por trás de tantas falácias?

"Modernidade": esta é a ordem do dia. Mas o que exatamente significa este termo - modernidade - num país como o nosso? Quais os sentidos que esta palavra adquire quando utilizada por indivíduos que ocupam diferentes lugares, desenvolvendo papéis distintos em nossa sociedade?

O que é um país "moderno" do ponto de vista dos economistas que hoje negociam o futuro da dívida externa e que defendem a reestruturação do mundo capitalista a partir de uma "nova(?) antiga(!)" concepção de relacionamento na economia internacional? O que é ser um país "moderno" para aquele enorme contingente (marginalizado) da população que se acha excluído do acesso aos bens culturais e materiais construídos coletivamente por toda a sociedade ao longo da história deste país?

Dependendo da referência político-ideológica predominante no contexto social em que esta palavra "modernidade" - é utilizada, ela vai sendo aprisionada numa univocidade de

sentido, perdendo o caráter dinâmico (e transformador) dos múltiplos sentidos que qualquer signo ideológico exerce no processo das transformações sociais.

A imagem atual do "moderno" em nossa realidade político-social é a do governo forte e ousado, que tem como objetivo principal a integração do País na economia de mercado internacional, ou seja, o objetivo de atingir um nível mínimo de eficiência para competir com(ou submeter-se a?) o bloco dos países capitalistas do 1º mundo. "Moderno" e "bem sucedido" é o mundo da eficiência da relação produção-consumo, não importando os efeitos degenerativos impostos por essa relação às condições sociais da população.

Na medida que se viveu recentemente um período de absoluta desgovernabilidade, presenciando-se um país beirando o caos político-social e econômico, a estratégia e a retórica da modernidade torna-se extremamente persuasiva, não deixando brechas ou espaços para a atitude crítica. Qualquer possibilidade de questionamento ou confronto das diferenças de opiniões é imediatamente contestada como concepção derrotista, que busca impedir o avanço do País em direção ao "novo".

Paralelamente à retórica da "modernidade", são necessários fatos e atitudes que irão imprimir uma determinada concretude à própria idéia de "modernidade" que se quer impor como concepção coletiva em nossa realidade. Não é por outro motivo que se opta por literalmente quebrar todas as estruturas institucionais anteriores, pois, concretamente, tudo que se identifica com o "velho" - o antigo, o arcaico, o inoperante, o ineficaz - é localizado, a partir da ótica governamental, de maneira uniforme e homogênea, em todo o período que antecedeu as últimas eleições presidenciais. Nega-se, com isso, a prática histórica de lutas e conquistas de nossa sociedade, tecida a partir do confronto das múltiplas vozes dos cidadãos que participaram da consolidação das forças democráticas ao longo dos últimos anos, e que culminou com a elaboração da Constituição de 1988.

É preciso resistir à falácia do sentido único que o discurso oficial impõe à palavra. É preciso restabelecer o confronto das idéias e fomentar, a partir da pluralidade de sentidos, o enriquecimento das relações sociais em todos os domínios. É preciso recuperar o poder expressivo da palavra, contrariando a imposição de seu uso apenas "comunicativo" veiculado e massificado através da mídia. Devolver à palavra a capacidade que tem, de registrar os movimentos em direção a mudanças sociais autênticas, porque construídas no bojo da pluralidade democrática de pontos de vista diferentes.

É através de nossa capacidade de analisar a conjuntura político-social e econômica - confrontando criticamente acontecimentos passados e presentes com discursos antigos e "modernos" - que se torna possível resistir a uma nova estratégia de imposição do modelo autoritário, já nosso conhecido, travestido hoje sob o signo da modernidade. Para tanto, é fundamental que cada indivíduo não subestime a impor-

tância de sua contribuição coletiva como formador de opiniões; é fundamental rechaçar de maneira veemente o papel de consumidor passivo de uma concepção de sociedade imposta arbitrariamente e que violenta nossos direitos de cidadãos capazes de exercer e assumir a construção de uma sociedade mais justa; é fundamental que sejamos capazes de vencer o processo de anulação do indivíduo e de sua história, que o expropria da possibilidade de cotejar realidades passadas e presentes e, portanto, de construir um futuro que reflita o confronto das relações sociais e o verdadeiro sentido por elas apontado, desmascarando a arbitrariedade da imposição autoritária.

Essa imposição, entretanto, se dá de forma tão sutil quanto avassaladora. O autoritarismo de hoje já não pode se valer das pèráticas implantadas pela ditadura, de triste lembrança. Não sendo mais possível aniquilar idéias construídas coletivamente, por meio da perseguição exemplar a alguns indivíduos, estimulando o acovardamento que oprime os homens e cala seus desejos, o que terá o novo sistema encontrado para fazer valer suas antigas intenções?

A resposta concreta a essa questão parece ser o desmantelamento por que passa o patrimônio público, notoriamente as instituições de cunho social, de importância vital para a grande maioria dos brasileiros, marginalizados das benesses do capitalismo "modernizador" que, nos países do 3º mundo, mostra sem disfarces seu lado mais trágico e injusto. Destroem-se exatamente aquelas instituições onde o contato maior com as contradições do sistema possibilitou - paradoxalmente ao papel a elas reservado por esse mesmo sistema - o florescimento da autocritica, da oposição e do encaminhamento de soluções contrárias às apontadas pelo poder estabelecido. Nesse contexto, os órgãos voltados para as áreas da saúde, cultura e educação parecem merecer "especial" atenção. Conseqüentemente, os serviços por eles prestados devem recomeçar do zero, como se nada houvesse de positivo na experiência vivida até então.

Como conciliar o Brasil da "modernidade", candidato à rabiola do 1º mundo - o mundo dos computadores, da tecnologia "avançada" - com o País de 30 milhões de jovens e adultos analfabetos e de outros tantos que mal conseguem identificar seu destino de todo dia nos letreiros dos ônibus e trens das grandes cidades ou assinar os avisos prévios a que já se habituaram?

Com a retórica da modernidade e da democracia, não há como o governo escapar do debate sempre candente sobre o acesso de toda a população, em idade escolar ou não, à educação básica de qualidade. E não há novidade alguma em proceder a esse debate, pois a questão da educação tem estado presente, em diferentes épocas, em todos os discursos oficiais - progressistas ou conservadores. Novidade mesmo seria desvendar as reais intenções das políticas educacionais implantadas neste país por várias décadas, a partir das contradições que se instalam no cotidiano, entre o discurso e a prática.

O que temos hoje? De um lado, as novas exigências criadas pela ordem econômica mundial, que impõe ao Brasil a necessidade de renovar seus vínculos com a economia de mercado e, conseqüentemente, reciclar sua força de trabalho, o que implica uma estratégia educacional adestradora e pragmática; de outro, a sociedade brasileira real, vivendo no seu dia-a-dia as ambivalências de um sistema econômico perverso, alienado dos direitos fundamentais dos cidadãos e que, por este motivo, leva esta mesma sociedade a exigir uma política cultural e educacional comprometida com a mudança, de modo a conduzir a coletividade à apropriação de sua condição de sujeito histórico.

Estas duas demandas se traduzem em expectativas diferentes e conflitantes entre aquilo que o sistema educacional se propõe como meta na formação do indivíduo e o verdadeiro desejo desse indivíduo de acesso à cultura coletivamente construída, mas devolvida de maneira desigual a uns poucos "eleitos", a partir de uma visão economicista e reducionista do homem e da sociedade.

Tal visão tem, como conseqüência, o enaltecimento do valor social do capital, em detrimento daquele atribuído à educação, fonte necessária ao fortalecimento e à afirmação da capacidade humana de produzir cultura ao longo da história.

O Estado, sob a égide do monetarismo, detém o poder de redistribuir os bens culturais produzidos socialmente de acordo com a ótica e os interesses das relações de consumo. Tudo se torna mercadoria, e o Estado, espécie de "empresário" desses bens, mantém o controle do acesso da população aos códigos da sociedade letrada.

É dentro dessa concepção que presenciamos, mais uma vez, a eclosão de uma "Campanha" de alfabetização, a ser deslançada nos próximos dias pelo Ministério da Educação.

O analfabetismo será novamente tratado através do isolamento do "sintoma", sem que se atente às suas causas estruturais. Este é o resultado de uma abordagem que vê a sociedade como se ela funcionasse de forma compartimentada, como se a cada sintoma de sua degeneração correspondesse um remédio específico, paliativo momentâneo que alivia mas não cura, adiando sempre mais um pouco a falência do sistema como um todo. Corremos o risco de ver reeditados os equívocos já tão criticados do velho MOBREAL dos anos 70!

A proposta de campanha traz no seu bojo essa idéia fragmentada da educação como instância social. Retira o analfabetismo do tecido social, político e econômico que explica sua existência, tratando-o pontualmente, sem se dar conta de sua complexidade, reduzindo-o a uma questão de números, índices e "performances". Desnecessário afirmar que o problema só será verdadeiramente enfrentado quando tivermos um projeto político amplo, articulado nos diferentes âmbitos de atuação do Estado, através de uma administração que quebre a tradição de fragmentar-se a si pró-

pria em setores de maior ou menor prestígio na definição dos rumos políticos, sociais e econômicos da Nação.

Um outro nível de fragmentação se verifica no interior do próprio indivíduo analfabeto. Nessa concepção, alfabetizar-se é adquirir algo que se localiza "fora" do sujeito, como se o código da leitura e da escrita fosse uma espécie de mercadoria autônoma, independente, e não uma das formas de expressão simbólica da realidade construída pelo homem a partir de suas necessidades de relacionamento no mundo civilizado.

Comportando uma função social alienada das reais necessidades do sujeito histórico, a alfabetização corre o risco de perder o caráter que lhe deveria ser inerente, qual seja, o de servir ao homem como fator de ampliação de sua capacidade de criar, produzir, criticar e transformar a realidade que o cerca. Passa a contribuir, isto sim, para a formação de indivíduos "adestráveis", segundo as necessidades do sistema, capazes de reproduzir os mecanismos de opressão a que eles próprios estão submetidos. Essa é a "alfabetização" que incentiva o preconceito e se presta ao reforço da "modernidade" de que estamos falando.

É difícil ser moderno. Difícil porque, numa sociedade como a brasileira, ser moderno consiste em dar voz e vez a tudo que se calou ao largo dos já quase cinco séculos em que se vem forjando o País que hoje conhecemos. Consiste em resgatar e trazer à luz os muitos significados que a sociedade brasileira soube dar, nas entrelinhas de sua história, às palavras oficialmente imobilizadas, abrindo espaço por entre as brechas do autoritarismo sempre presente, florescendo das contradições gestadas no interior mesmo das instituições oficiais, exercendo aos trancos e barrancos a resistência democrática.

Ser moderno implicaria uma real intenção de mudança e, por conseguinte, uma empreitada sem precedentes no sentido de recuperar o patrimônio público da Nação a partir das forças vivas nele ainda existentes, e não da aplicação de "golpes de misericórdia". Mas, para nosso infortúnio, parece não haver compromisso com a transformação e, menos ainda, competência para realizá-la. A modernidade que vemos surgir traduz-se na institucionalização da bravata, na anulação do já construído, na destruição da memória. Traduz-se também num retorno ao passado, tal qual se daria na máquina do tempo. Só que, às avessas do que nos faz sonhar a ficção hollywoodiana, sem a possibilidade de uma "Volta ao Futuro" - pelo menos a um futuro mais digno de ser vivido. Esse risco - o de retrocedermos duas décadas e meia, envolta, em "milagres", "campanhas" e outros conhecidos chavões - é que nos deve alimentar de energia para mudar a "ordem do dia" vigente e adotar aquela sugerida por José Américo Pesanha: é resistir ou resistir, mais uma vez! (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 mar. 1990 Cadernos Idéias/Ensaíos).